

Nova legislação eleitoral começa a minar corrupção

Lei impõe limites às doações e poderá ser aperfeiçoada para a

campanha de 1994

Uma das principais fontes de corrupção na política começou a ser atacada em 1993: o sistema viciado de financiamento de campanhas eleitorais. O Congresso aprovou e o presidente Itamar Franco sancionou no fim de setembro uma lei que permite pela primeira vez doações de empresas a candidatos, fixa limites para as contribuições e estabelece punições para quem desrespeitá-las. A lei certamente não é ideal. É falha em alguns pontos (não torna públicos os doadores e os valores das contribuições e não prevê maneiras eficazes de fiscalizar as campanhas, por exemplo) mas pode ser modificada em 1994.

A CPI do caso PC e o processo de impeachment mostraram em 1992 como a corrupção nasce nas campanhas eleitorais, num processo que o próprio PC resumiu com uma de suas frases célebres de 1993: "Ninguém dá dinheiro só pelos belos olhos do candidato." A empreiteira que ajuda na campanha quer algo em troca depois da eleição — e a CPI do Orçamento tem mostrado em detalhes como as construtoras costumam agir para conseguir o que querem.

Pouco antes de fugir da polícia, em junho, PC Farias declarou ao Supremo Tribunal Federal que arrecadou US\$ 100 milhões na campanha do ex-presidente Fernando Collor em 1989 e mais US\$ 58 milhões para ajudar os aliados na campanha de 1990 nos Estados. "Todos os candidatos mentem à Justiça Eleitoral", admitiu o ex-governador Orestes Quéricia (PMDB), que em abril renunciou à presidência do partido por causa do acúmulo de suspeitas de corrupção e processos e em dezembro admitiu que recebeu dinheiro de empreiteiras na campanha de 1986 para o governo estadual.

Emoções — Dezenas de investigações abertas em 1993 colocaram em xeque a maneira encontrada por políticos de peso para conduzir suas campanhas. Descobriu-se, por exemplo, que o prefeito Paulo Maluf (PPR) usou a Paubrasil, uma empresa do pianista João Carlos Martins, para arrecadar doações milionárias de empreiteiras nas últimas eleições. O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, favorito para as eleições presidenciais, buscou recursos em outra fonte, os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que deverá ser investigada por uma nova CPI em 1994.

Apesar dos defeitos da nova legislação eleitoral, o ano promete emoções nesse campo, com o início da campanha depois de abril. Por causa da primeira tentativa de burlar as novas regras, três deputados do PSD, Onaireves Moura (PR), Nobel Moura (RO) e Itsuo Takayama (MT), foram cassados pela Câmara no fim de 1993. Os dois primeiros foram acusados de pagar até US\$ 50 mil a deputados que aceitassem se filiar ao partido. O terceiro foi acusado de aceitar a oferta e chegou a fazer uma comparação infeliz ao reivindicar para os políticos o direito que jogadores de futebol têm de vender o passe. Os Mouras queriam ampliar a bancada do PSD para, atendendo às exigências da nova lei, poder lançar candidato próprio a presidente em 94 e garantir mais tempo de propaganda na TV. (R.B.)